



Uma estreia atribulada

Sempre que fazemos esta secção, nós ou quaisquer outros colegas da redacção da Revista, começamos pelo mesmo: olhar para as notícias da imprensa e escolher uma sobre um assunto que nos pareça relevante e, claro, actual. Há alturas em que há vários assuntos e alguma indecisão na escolha, há outras de algum vazio em que é preciso procurar bastante... Mas este momento é diferente. Hoje, dia 1 de Setembro, o assunto é óbvio e as notícias sobre ele estão em toda a imprensa: o concurso de colocação de professores. Na verdade, o assunto até não é novo, "praticamente desde o início do ano que não houve um mês em que o novo concurso de professores não tenha sido notícia".

Os problemas começaram logo com o aviso da abertura do concurso que sofreu um atraso de um mês sobre a data estipulada pelo Ministério da Educação. Sabendo que o concurso estaria sujeito a novas regras e se iria processar noutros moldes, a ansiedade natural de muitos professores inevitavelmente fez-se sentir. As suspeitas sobre a fiabilidade do novo sistema expressas na fraca adesão dos professores à candidatura electrónica revelaram-se plausíveis aquando da publicação da lista em que as falhas foram para além dos limites do razoável, tal como admitiu o Secretário de Estado da Administração Educativa. Numa segunda tentativa, mantêm-se erros inaceitáveis que geram 30 mil reclamações, correspondendo a cerca de 1/3 dos candidatos. Os dirigentes assumem a responsabilidade política das falhas e "prometem assumir as consequências que vierem a ser apuradas pelo inquérito" externo entretanto solicitado. Mas que dirigentes? Os responsáveis de então já estão afastados. Que responsabilidade cai sobre os actuais? Afinal sobre quem vão recair os danos deste processo mal conduzido?

Consequências existirão certamente, mesmo que se acelere o processo ao máximo, mesmo que só se admitam candidaturas pela internet e não se aceitem reclamações, mesmo que as aulas se iniciem dentro dos prazos estipulados. Temos de ter consciência que estamos a falar de um universo de 109595 candidatos a professores, que correspondem aproximadamente a 2/3 dos professores efectivamente em funções no nosso sistema de ensino. Além das vidas pessoais de muitos professores que ficaram irremediavelmente afectadas, não se pode pensar que o trabalho nas escolas se inicia maquinalmente com a chegada dos professores. Há uma integração a fazer, trabalho a preparar, uma cultura de escola a reconstruir. Que espaço estamos a atribuir às preocupações que consideramos fundamentais no sistema de ensino?

Helena Amaral
Lina Brunheira

ESTREIA DO NOVO REGIME DE CONCURSOS COM ATRASOS E MUITA POLÉMICA

Praticamente desde o início do ano que não houve um mês em que o novo concurso de professores não tenha sido notícia. Atrasos sucessivos, erros nas listas provisórias, divergências quanto à interpretação da lei, chamadas da equipa ministerial ao Parlamento e muita polémica têm marcado a estreia das novas regras. Todos os sindicatos deram o seu acordo ao novo diploma, mas a operacionalização tem-se revelado problemática. Com três meses de atraso, foram ontem conhecidas as listas definitivas de colocação, ordenação e exclusão. Seguem-se ainda as fases de destacamento, afectação e contratação.

27 de Fevereiro Com um mês de atraso face ao previsto na lei, é publicado em "Diário da República" o aviso da abertura do concurso de educadores de infância e professores para 2003/2004. O recrutamento e selecção do pessoal docente passa a fazer-se de

31 de Maio Data inicialmente prevista para a divulgação das listas definitivas de graduação e exclusão. As segundas listas provisórias também não ficaram prontas até ao final do mês.

14 de Junho São divulgadas as segundas listas provisórias. Os sindicatos falam em mais de 14 mil candidaturas novamente excluídas e manutenção de "erros inaceitáveis". O ME afirma que existem 8700 candidatos excluídos e 220 afastamentos parciais (para um grupo de docência, por exemplo). Abílio Morgado diz mesmo que "nunca existiram listas tão transparentes e fiáveis" e realça que 92 por cento das candidaturas foram admitidas. Apresenta uma lista de 52 motivos de exclusão detectados que têm sobretudo a ver com mau preenchimento dos boletins, incorrecta interpretação das regras, falta de documentos.

15 a 21 de Junho Mais de 30 mil candidatos reclamam das listas provisórias, ou seja, quase um terço do total de professores que se apresentaram a concurso. Na Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação uma equipa de duas dezenas de pessoas analisa diariamente perto de 900 casos. A intenção é "salvar todas as candidaturas", tranquiliza Abílio Morgado.

14 de Julho O ME promete para a primeira quinzena de Agosto a publicação das listas definitivas de colocação nos quadros de escola e zona pedagógica.

23 de Julho Os resultados voltam a ser adiados, desta feita para o final de Agosto, entre 28 a 30. O Governo mantém que o início do ano lectivo se fará tempo e horas, ou seja entre os dias 16 e 17 de Setembro. Os sindicatos garantem que é impossível.

Agosto Os professores que viram a sua reclamação indeferida são notificados pelo ME, mesmo depois de expirados os prazos previsto na lei. Acresce que muitos não compreendem o porquê do indeferimento e começam a recorrer aos tribunais, com recursos hierárquicos e providências cautelares. Os tribunais dão razão aos professores que interpedem providências cautelares, obrigando o ME a admitir os candidatos que tinham sido excluídos.

20 de Agosto São publicadas em Diário da República alterações transitórias aos concursos para tornar o processo mais célere. Acabam-se com as dilações de prazos para candidatos das regiões autónomas e estrangeiro, com o período de reclamações e obriga-se à candidatura pela internet.

31 de Agosto O Ministério da Educação divulga as listas definitivas do concurso de professores. ■ ISABEL LEIRIA

apenas dez por cento fazem-no através da Internet.

comuns o e prede sistema Compta - empresa vencedora do concurso público - e que obriga a um investimento de 600 mil euros.

1 a 10 de Março Cerca de cem mil professores apresentam a sua candidatura. No ano de estreia da candidatura electrónica, apenas dez por cento fazem-no através da Internet.

3 de Maio O Ministério da Educação (ME) divulga as primeiras listas provisórias de ordenação e exclusão. Ao longo do dia, os sindicatos vão-se apercebendo de que as listas estão profundamente erradas. Exclusão de todos os candidatos dos Açores e da Madeira, tempos de serviço mal contados, alienadas faltas de

O Governo mantém que o início do ano lectivo se fará tempo e horas, ou seja entre os dias 16 e 17 de Setembro.

de de há ção são de 20 o dia

O ME anunciava que, ainda este mês, iria divulgar uma nova lista provisória.

6 de Maio Um "caos", apontam os sindicatos. Para além dos erros nas listas provisórias, os verbetes - uma espécie de recibo que confirma a candidatura - são emitidos com informações diferentes daquelas que os candidatos deram e dos dados constantes nas listas. Ninguém consegue explicar a situação.

7 de Maio O secretário de Estado da Administração Educativa, Abílio Morgado, diz que as falhas vão além dos limites do razoável, assume a responsabilidade política e anuncia a realização de

O secretário de Estado da Administração Educativa, Abílio Morgado, diz que as falhas vão "para além dos limites do razoável", assume a responsabilidade política e anuncia a realização de uma auditoria externa aos serviços.

externa aos ser- tos insistem na etário de Estado Educação David mantém-se no tem assumir as ue vierem a ser uérito.

sembleia da Re- do ME anuncia -ão-Geral das Fi- ditoria ao pros e aos "erros omprensíveis e ncionamento de qualquer administração".

In Público, 1 de Setembro de 2004.